

A qualquer hora e a todo momento, a Securi está trabalhando para garantir a sua segurança. Ao

IFRS CAMPUS PORTO ALEGRE. A/C Sr Pregoeiro.

ASSUNTO: Apresentação de Recurso Administrativo.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90002/2025.

Processo Administrativo nº 23368.000070/2025-61

A empresa Securisystem Sistemas de Monitoramento Ltda, pessoa jurídica inscrita ao CNPJ/MF sob o nº 05.541.161/0001-06, sito à Av. Nossa Senhora das Dores, nº 89, Cep: 97050-530, Santa Maria/RS, por seu representante legal infraassinado, vem à presença de Vossa Senhoria, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO em face da opção que lhe confere o item 13 do Edital referido em epígrafe, pelos fatos e direito a seguir expostos.

I - DOS FATOS:

- A ora recorrente, participou do certame licitatório Pregão Eletrônico nº 1. 90002/2025, cujo objeto trata-se de Contratação de Solução de Controle de Acesso - SCA de Pessoas e Veículos por reconhecimento facial, envolvendo a elaboração de projeto executivo, instalação, manutenção, treinamento e fornecimento de equipamentos em comodato pela empresa contratada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 2. Na oportunidade credenciou-se para a participação no certame, que teve início da disputa de preços às 14:00 hs do dia 19/03/2025, por meio do portal gov.br/compras.







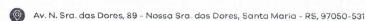
ss 9 9120.5355 🔯 falecom@gruposecuri.com.br























A qualquer hora e a todo momento, a Securi está trabalhando para garantir a sua segurança.

- Após a disputa de lances, a empresa INVITEC SERVIÇOS DE SEGURANCA E TECNOLOGIA Ltda, utilizou-se do benefício da Lei Complementar 123/2006, para efetuar lance de desempate, devido ao empate ficto, sagrando-se vencedora do certame.
- 4. Após minuciosa análise dos documentos de habilitação da empresa arrematante verificou-se que existe 04 (QUATRO) empresas no nome do mesmo sócio da empresa INVITEC SERVIÇOS DE SEGURANÇA E TECNOLOGIA Ltda.

II - DAS RAZÕES RECURSAIS:

II.I – Dos indícios de coligação à Grupo Econômico de fato:

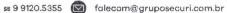
Após verificação, minuciosa, da habilitação da empresa INVITEC SERVIÇOS DE SEGURANÇA E TECNOLOGIA Ltda, foi verificado que constam 04 (QUATRO) empresas no nome do sócio administrador Sr. Victor Luiz Negreiros de Almeida, ambas sediadas no mesmo endereço e com os CNAES similares, sendo elas:

1) INVITEC SERVIÇOS DE SEGURANÇA E TECNOLOGIA Ltda, CNPJ: 31.974.592/0001-76.































Todos os dias, protegemos seu mun



A qualquer hora e a todo momento, a Securi está trabalhando para garantir a sua segurança.

MATRIZ	COMPROVANTE	08/11/2018			
NOME EMPRESARIAL INVITEC SERVICOS DE	SEGURANCA E TECNOLOG	IA LTDA			
TITULO DO ESTABELECIMENTO INVITEC SERVICOS DE	O (NOME DE FANTASIA) SEGURANCA ELETRONICA	E TECNOLOGIA			PORTE ME
	VIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL de monitoramento de sistem	as de segurança eletrônico			
43.21-5-00 - Instalação d 47.42-3-00 - Comércio v 47.44-0-01 - Comércio v 47.52-1-00 - Comércio v 62.09-1-00 - Suporte téc 77.33-1-00 - Aluguel de	Invionos econômicas secundarios emanutenção elétrica rarejista de material elétrico arejista de ferragens e ferrararejista de ferragens e ferrararejista especializado de equinico, manutenção e outros e máquinas e equipamentos pie manutenção de computado	nentas uipamentos de telefonia e c serviços em tecnologia da i ara escritórios	nformação		
código e descrição da nat 206-2 - Sociedade Empi					
	JUNTO P LOJA	NÚMERO 53	COMPLEMENTO TERREO EDIF	BRASILIA RADI	OCENTER
ST SRTVN QD 702 CON	JUNTO P LOJA BAIRRO/DISTRITO ASA NORTE			BRASILIA RADI	OCENTER UF DF
ST SRTVN QD 702 CON CEP 70.719-900 ENDEREÇO ELETRÔNICO	BAIRROZDISTRITO ASA NORTE	53 MUNICÍPIO		BRASILIA RADI	UR
ST SRTVN QD 702 CON GEP 70.719-900 ENDEREÇO ELETRÔNICO INVVICTUS@INVVICTU ENTE FEDERATIVO RESPONSA	BAIRROIDISTRITO ASA NORTE S.COM	MUNICÍPIO BRASILIA TELEFONE		BRASILIA RADI	UR
GEP 70.719-900 ENDEREÇO ELETRÔNICO INVVICTUS@INVVICTU ENTE FEDERATIVO RESPONSA SITUAÇÃO CADASTRAL	BAIRROIDISTRITO ASA NORTE S.COM	MUNICÍPIO BRASILIA TELEFONE	TERREO EDIF	BRASILIA RADI	OF
CEP 70.719-900 ENDEREÇO ELETRÔNICO INVVICTUS@INVVICTU ENTE FEDERATIVO RESPONSI ***** SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS	BAIRHOUDISTRITO ASA NORTE S.COM AVEL (EFR)	MUNICÍPIO BRASILIA TELEFONE	TERREO EDIF	TA DA SITUAÇÃO GAD	OF

2) ID SISTEMAS DE SEGURANÇA E TECNOLOGIA Ltda, CNPJ: 41.466.010/0001-60.



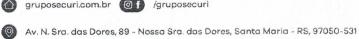


























Todos os dias, protegemos seu mun



A qualquer hora e a todo momento, a Securi

41.466.018/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE D	06/04/2021			
OME EMPRESARIAL D SISTEMAS DE SEGUE	RANGA E TECNOLOGIA LTDA				
TITULO DO ESTABELECIMENTO ED SISTEMAS DE SEGUR					PORTE
código é descrição da ativi 46.52-4-00 - Comércio at	DAGE ECONÔMICA PRINCIPAL acadista de componentes ele	trônicos e equipamento	s de telefonia e	s comunicação	
46.51-6-02 - Cornèrcio at 46.73-7-00 - Comércio at 80.20-6-01 - Atividades d	acadista de equipamentos el acadista de suprimentos par acadista de material elétrico le monitoramento de sistema tados de serviços de segurar JESTA JURGICA	a informática s de segurança eletrôni			
			COMPLEMENTO		
OGRADOURD ST SRTVN QD 702 CONJ	IUNTO PLOJA	NÚMERO 53		F BRASILIA RAD	IDCENTER
	BAIRROIDISTRITO ASA NORTE			F BRASILIA RAD	UF DF
ST SRTVN QD 702 CONJ CEP 76.719-806	BAIRROUDISTRITO ASA NORTE	53 MUNICIPIO	TERREO EDI	F BRASILIA RAD	UF
ST SRTVN QD 702 CONJ	BAIRROVOISTRITO ASA NORTE DL.COM.BR	MUNICIPIO BRASILIA	TERREO EDI	F BRASILIA RAD	UF
ST SRTVN QD 702 CONJ EPP 76.719-908 ENDERECO ELETRÔNICO CONTATO@ID2CONTRO ENTE FEDERATIVO RESPONSAI WARTEL SITUAÇÃO CADASTRAI.	BAIRROVOISTRITO ASA NORTE DL.COM.BR	MUNICIPIO BRASILIA	TERREO EDI	F BRASILIA RAD ATA DA SITUAÇÃO CA 6/04/2021	UF DF
ST SRTVN QD 702 CONJ CEP 76.719-906 ENDERECO QLETRÔNICO CONTATO@ID2CONTRO ENTE FEDERATIVO RESPONSA	BAIRROUISTRITO ASA MORTE L.COM.BR VEL (EFR)	MUNICIPIO BRASILIA	TERREO EDI	ata da situação ca:	UF DF

3) ACCESSFACE TECNOLOGIA E SISTEMAS DE SEGURANÇA Ltda, CNPJ: 50.531.260/0001-61.







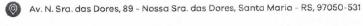




























A qualquer hora e a todo momento, a Securi

50.531.260/0001-61 MATRIZ	COMPROVANTE	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO 03/05/202.			
IOME ENPRESARIAL ACCESSFACE TECNOL	LOGIA E SISTEMAS DE SEGI	JRANCA LTDA			
TTULO DO ESTABELECIMENT ACCESSFACE	O (NOME DE FANTASIA)			PORTE ME	
óbigo e descrição da atr 6.52-4-00 - Comércio a	VIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL stacadista de componentes e	latrônicos e equipamentos	de telefonia e	comunicação	
6.51-6-02 - Comércio a 6.73-7-00 - Comércio a 7.33-1-00 - Aluguel de 0.20-0-01 - Atividades 0.20-0-02 - Outras ativ	stacadista de equipamentos o stacadista de suprimentos par stacadista de material elétrico máquinas e equipamentos pa de monitoramento de sistem idades de serviços de segura para la companya se se serviços de segura para la companya para	ra informática o ara escritórios as de securanca eletrônico			
OGRADOURO	resária Limitada	NUMERO	COMPLEMENTO		
OGRADDURO	resária Limitada	SN		REO EDIF BRASILIA R	
OGRADDURO IT SRTVN OD 702 CON	resária Limitada	SN	PARTE A TERF		
OGRADOURO IT SRTVN QD 702 CON EP 0.719-900	JUNTO PLOJA 53 RURRODISTRITO ASA NORTE	SN	PARTE A TERF	R .	
OGRADOURO ST SRTVN QD 702 CON EFP 9.719-900 NDEREÇO B.ETRÔNICO CONTATO@ACCESSFA NITE FEDERATINO RESPONSA	BAIRRODISTRITO ASA NORTE GE.COM.BR	MUNICIPIO BRASILIA	PARTE A TERF	R .	
OSPADDURO OT SRTVN QD 702 CON EP 9. 0.719-900 MOEREÇO B.ETRÔNICO ONTATO@ACCESSFA NTE FEDERATIVO PESPOISA TUAÇÃO CADASTRAL TIVA	SAURRODISTRITO ASA NORTE CE.COM.BR	MUNICIPIO BRASILIA	PARTE A TERMINATION OF THE PARTE A TERMINATION O	R .	
CORADOURO ST SRTVN QD 702 CON EP 60.719-900 DORTHOMORE DE LETRÔNICO CONTATO@ACCES SFA NTE FEDERATINO RESPONSA	SAURRODISTRITO ASA NORTE CE.COM.BR	MUNICIPIO BRASILIA	PARTE A TERMINATION OF THE PARTE A TERMINATION O	DF DF A DA STUAÇÃO CADASTRAL	

4) ID2CONTROL SISTEMAS DE SEGURANÇA E TCNOLOGIA Ltda, CNPJ: 58.069.537/0001-98.



















Av. N. Sra. das Dores, 89 - Nossa Sra. das Dores, Santa María - RS, 97050-531



















A qualquer hora e a todo momento, a Securi

58.069.537/0001-98 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CATA DE ABER 12/11/2024		
NOME EMPRESARIAL D2CONTROL SISTEMAS	DE SEGURANÇA E TECNOL	OGIA LTDA		
TTULO DO ESTABELECIMENTO	(NOME DE FANTASIA)		PORTE	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIV 77.33-1-00 - Aluguel de n	IDADE ECONÓMICA PRINCIPAL náquinas e equipamentos para	a escritórios		
43.21-5-00 - Instalação é 47.42-3-00 - Comércio va 47.57-1-00 - Comércio va doméstico, exceto infor	rejista de material elétrico rejista especializado de peças nática e comunicação le monitoramento de sistemas UREZA JURIDICA	s e acessórios para aparelhos eletroei	etrônicos para uso	
OGRADOURO ST SRTVN QD 702 CONJ	UNTO P TERREO	NÚMERO COMPLEMENTO LOJA 53		
	BAIRROYDISTRITO	MUNICIPIO	UE	
	ASA SUL	BRASILIA	DF	
70.719-900 ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (61) 3328-1005/ (0000) 0000-	DF	
70.719-906 ENDENEÇO ELETRÔNICO CONTATO@ID2CONTRO ENTE FEDERATIVO RESPONSA	L.COM.BR	TELEFONE	DF	
70.719-906 ENDEREÇO ELETRONICO CONTATO@ID2CONTRO ENTE FEDERATIVO RESPONSĂI	L.COM.BR	TELEFONE (61) 3328-1005/ (0000) 0000-	DF	
CEP 70.719-908 ENDERSÇO ELETRÔNICO CONTATO@IDZCONTRO ENTE FEDERATIVO RESPONSAI STUAÇÃO CADASTRAL ATIVA MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAST	L.COM.BR	TELEFONE (61) 3328-1005/ (0000) 0000-	0000 ATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL	

No presente procedimento licitatório, a empresa INVITEC SERVIÇOS DE SEGURANÇA E TECNOLOGIA Ltda, utilizou-se do benefício exclusivo das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para sagrar-se vencedora utilizandose do benefício concedido no §2º Art. 44 da Lei Complementar 123/2006.

Diante dos fatos apontados, que o Sr Victor Luiz Negreiros de Almeida é único sócio das 04 (QUATRO) empresas acima citadas, e a Lei Complementar 123/2006. estabelecer critérios de faturamento máximo, para que as empresas se enquadrem na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, é necessário que se realize diligência para verificar o faturamento bruto das quatro empresas no exercício de 2024, através de documentos oficiais.









Av. N. Sra. das Dores, 89 - Nossa Sra. das Dores, Santa Maria - RS, 97050-531























A qualquer hora e a todo momento, a Securi está trabalhando para garantir a sua segurança.

Diante dos fatos, há indícios que a empresa INVITEC, participa de um grupo econômico de fato, composto por, no mínimo, guatro empresas, onde o faturamento das empresas, pode ultrapassar o valor do limite para enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

Disposto no artigo 3°, II, da Lei nº 123/2006:

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000.00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Da mesma forma o legislador previu os excludentes, § 4º Art. 3º da LC 123/2006.

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica:

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito. financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;





























A qualquer hora e a todo momento, a Securi está trabalhando para garantir a sua segurança.

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores:

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

XI - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Dessa forma, fica claro que o limite máximo para faturamento, a fim de se utilizar os benefícios da Lei Complementar 123/2006, é de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

III - DO DIREITO:

A Lei Complementar 123/2006 foi criada com o intuito de estabelecer algumas vantagens sobre o tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte no que se refere à Administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal.

O TCU tem o entendimento consolidado de que o tratamento diferenciado de ME/EPP na participação dos certames licitatórios não se aplica quando demonstrado que a ME/EPP foi criada apenas para ganhar o tratamento diferenciado.

Acórdão nº 2992/2016 - TCU - Plenário

Restou verificado que a empresa Fast Help faz parte do mesmo grupo econômico que a empresa Fast Security, e demais empresas, e que juntas formam um conglomerado de seis empresas. Assim, não há fragilidade econômica que justifique o usufruto do regime diferenciado por parte da Fast Help.

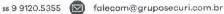
Não se justifica conferir tratamento diferenciado e mais benéfico a uma empresa, ainda que se declare de pequeno porte, se o benefício não é necessário, pois, nesse caso, ofende-se a isonomia entre os licitantes (art. 37, inciso XXI, da CF/1988).

(...)





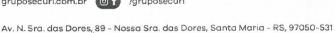




























Todos os dias, protegemos seu mundo.



A qualquer hora e a todo momento, a Securi está trabalhando para garantir a sua segurança.

O Tribunal, após examinar um desses casos, concluiu haver irregularidade no gozo do tratamento mais benéfico previsto na Lei Complementar 123/2006, ao proferir o Acórdão 2.978/2013 - Plenário. Naquela oportunidade, esta Corte verificou a situação de coligação entre duas empresas participantes do mesmo certame, sendo uma EPP e a outra de maior porte, em razão de diversos indícios, como: coincidência de endereço; sócias pertencentes à mesma família; laudos de ergonomia apresentados por mesmo engenheiro; procuradores e contador em comum; propostas elaboradas pelo mesmo autor, no mesmo dia; atuação no mesmo ramo e uma empresa adquiria produtos e utilizava a marca da outra.

[...]

15. Dessa norma, extrai-se o claro intuito de evitar que empresas não enquadráveis nos critérios da lei complementar aufiram seus benefícios de forma indireta. Em outras palavras, busca-se assegurar que os incentivos previstos nos arts. 170, inciso IX, e 179 da Constituição Federal cumpram seus objetivos de estimular o empreendedorismo ao se propiciar melhores condições para as sociedades empresárias de menor porte.

16. Por certo, haveria o desvirtuamento dos incentivos previstos na Constituição Federal caso essas empresas de menor porte estivessem coligadas com empresas de maior porte, pois não haveria que se falar na fragilidade econômica dessa primeira empresa a justificar o

usufruto de regime jurídico diferenciado.

17. Esse, a meu sentir, é o caso tratado nestes autos, pois a empresa de maior porte Artividade Indústria e Comércio de Móveis Ltda. - não caracterizada como microempresa ou empresa de pequeno porte buscou usufruir de forma indireta dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 por meio da atuação da empresa Artmóbile Indústria e Comércio de Móveis Ltda. EPP.

18. Não obsta essa conclusão o fato de a situação dessas empresas não se enquadrar diretamente nas vedações antes mencionadas, pois, diante do contexto probatório, resta permitida a conclusão de que houve a intenção de burlar o espírito da norma. Até porque, consoante observado pela unidade técnica, 'nesses casos, o primeiro cuidado tomado por quem frauda é atender aos requisitos legais. Logo, essas práticas ilícitas, regra geral, somente são constatadas através dos elementos fáticos a elas associadas.'

Acórdão nº 2220/2013 - TCU - Plenário :

10. Acredito que, ao analisar um contexto como esse, o julgador não pode e não deve restringir-se à literalidade da lei. Não há como afastar







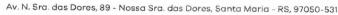
ss 9 9120.5355 🔽 falecom@grupasecuri.com.br

























A qualquer hora e a todo momento, a Securi está trabalhando para garantir a sua segurança.

a aplicação dos princípios constitucionais da moralidade e da isonomia, diante da situação que permitiu a burla à vedação da LC 123/2006. proporcionando, às duas fornecedoras. favorecimento indevido em relação às demais licitantes.

11. Não é razoável esperar que o texto normativo preveja absolutamente todas as situações fáticas, sendo indispensável ao julgador buscar o sentido da lei para que os objetivos desta sejam realmente alcançados. No caso em apreço, não se pode permitir que a transferência da sociedade a filho menor possibilite à empresa esquivar-se da vedação criada pelo legislador. Portanto, considero caracterizada a fraude à licitação

Acordão nº 234/2025 - TCU - Plenário:

Nessa toada, ao apresentar falsa declaração de enquadramento no Simples, na condição de EPP, aquela empresa incorreu em fraude à licitação, independentemente de haver exercido ou não eventual direito de preferência em decorrência de empate das propostas de lances.

A jurisprudência do TCU é firme no sentido de que a mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso, configura fraude à licitação, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a autora da fraude obtenha a vantagem esperada (acórdãos 1702/2017-Plenário, de minha relatoria; 1488/2022-Plenário, de relatoria do E. Ministro Vital do Rego; 68/2021-Plenário, de relatoria do E. Ministro Aroldo Cedraz, entre outros tantos).

A qualificação como microempresa (ME) ou EPP é feita mediante declaração da Junta Comercial, que a expede com base em informação da empresa interessada. Da mesma forma, cessadas as condições que permitem o aludido enquadramento, a empresa deve fazer a declaração de desenquadramento, tratando-se, pois, de ato declaratório, de iniciativa de quem pretende usufruir dos referidos benefícios.

A Lei 14.133/2021, em seu Art. 160 trata da desconsideração da personalidade Jurídica, da utilização indevida da pessoa jurídica para o cometimento de atos ilícitos, vejamos:







ss 9 9120.5355 🖾 falecam@gruposecuri.com.br









Av. N. Sra. das Dores, 89 - Nossa Sra. das Dores, Santa Maria - RS, 97050-531

















A qualquer hora e a todo momento, a Securi está trabalhando para garantir a sua segurança.

> Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado. observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

IV - DO REQUERIMENTO:

Ante ao exposto REQUER:

- Assim é que se REQUER a essa respeitável Comissão de Licitação que receba este RECURSO ADMINISTRATIVO, com EFEITO SUSPENSIVO, em face aos argumentos apresentados, a fim de realizar diligência no faturamento do exercício de 2024, das empresas em que o Sr Victor Luiz Negreiros de Almeida é sócio.
- Após realizada diligência, verificar se a empresa não infringiu o inciso VIII do Art. 155 da Lei 14.133/2021.

PEDE, sejam intimadas as demais licitantes para, querendo, impugnarem o presente recurso administrativo.

Nestes termos. Pede e espera deferimento.

Santa Maria/RS, 31 de marco de 2025.

Joel Foggiato Vendas à Governo CPF: 010.708.160-19

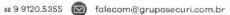
Joel Foggiato **Procurador**

CPF: 010.708.160-19







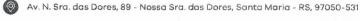






















Todos os dias, protegemos seu mundo.



A qualquer hora e a todo momento, a Securi está trabalhando para garantir a sua segurança.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, CNPJ: 05.541.161/0001-06, ESTABELECIDA NA Av. NOSSA SENHORA DAS DORES, Nº: 89, BAIRRO: NOSSA SENHORA DAS DORES, SANTA MARIA/RS, CEP: 97.050-531, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEUS DIRETORES Sra. MÁRCIA CRISTINA ZAMPIERI ANTUNES, PORTADORA DO CPF. 556.191.000-06, CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 4036288522 EXPEDIDA PELA SSP/RS E Sr MAURO RIZZATTI CELEPRIN, PORTADOR DO CPF. 006.411.560-73, CARTEIRA DE IDENTIDADE N° 9085004027 EXPEDIDA PELA SJS/RS, RESIDENTES E DOMICILIADOS NESTA CIDADE DE SANTA MARIA/RS.

OUTORGADOS: JOEL LUCCAS FOGGIATO, BRASILEIRO, MAIOR, SOLTEIRO, PORTADOR DO CPF: 010.708.160-19, CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 2087088817 EXPEDIDA PELA SSP/RS, RESIDENTE E DOMICILIADO A RUA VISCONDE DE PELOTAS Nº 1729, BAIRRO N. SRA DE FÁTIMA, SANTA MARIA – RS.

PODERES: REPRESENTAR O OUTORGANTE NO QUE FOR EM RELAÇÃO A EDITAIS PREGÕES PRESENCIAIS, PREGÕES ELETRÔNICOS, CONCORRÊNCIA, CONCURSO, LEILÃO E DIÁLOGO COMPETITIVO, PODENDO PARA TANTO USAR A PALAVRA, APRESENTAR RECLAMAÇÕES, IMPUGNAÇÕES OU RECURSOS, SOLICITAR RETIFICAÇÕES, ABRIR MÃO DO PRAZO DE RECURSOS, CONCORDAR E DISCORDAR, ENTREGAR E RECEBER DOCUMENTOS, FORMULAR, RUBRICAR E ASSINAR PROPOSTAS DE PREÇOS, DECLARAÇÕES, CONTRATOS, RUBRICAR E SASSINAR ATAS E DEMAIS DOCUMENTOS, AMPLOS PODERES PARA FORMULAÇÃO 4h DE OFERTAS E LANCES DE PREÇOS EM LICITAÇÕES PÚBLICAS, E PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS PERTINENTES AO CERTAME EM NOME DO PROPONENTE.

SANTA MARIA/RS, 31 DE JULHO DE 2024.

Documento assinado digitalmente MAURO RIZZATTI CELEPRIN Data: 13/08/2024 15:24:03-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

MAURO RIZZATTI CELEPRIN DIRETOR CPF: 006.411.460-73

MARCIA CRISTINA Assinado digitalmente por MARCIA CRISTINA ZAMPIERI
ANTUNES: SS6 19100006
ZAMPIERI
ANTUNES: SS6 19100006
Pede al de Brasil - RFB, OU-BRB e-OPF A1, OU-AC
VALID RRB VS, OU-AR PRATICA CERTIFICACAO
DIGITAL, OU-VIdeoconferencia, OU-14911562000100,
CN-MARCIA CRISTINA ZAMPIERI JANTUNES: **ANTUNES:** CN-Biotector Orte 1110 Castle Control 55619100006

MÁRCIA CRISTINA ZAMPIERI ANTUNES DIRETORA

CPF: 556.191.000.06







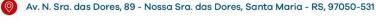


























Simples



Completo



Instituto Nacional de Tecnologia da Informação







VALIDAR

Serviço de validação de assinaturas eletrônicas

Nome do arquivo: PROCURACAO JOEL.pdf

Hash: 5b665f2a7d33a6de0378a84a028f431a40fae0fc044857c525742b5c7b0679de

Data da validação: 14/08/2024 10:38:06 BRT



Informações da Assinatura:

Assinado por: MAURO RIZZATTI CELEPRIN

CPF: ***.411.560-**

Nº de série de certificado emitente: 0x322999337e7a4a1e

Data da assinatura: 13/08/2024 15:24:03 BRT



Assinatura aprovada.



Informações da Assinatura:

Assinado por: MARCIA CRISTINA ZAMPIERI ANTUNES

CPF: ***.191.000-**

Nº de série de certificado emitente: 0x361f7c193d694708

Data da assinatura: 13/08/2024 17:58:20 BRT

ASSINATURA ELETRÔNICA **QUALIFICADA** Conforme MP 2.200-2/01 e **Lei 14.063/20**

Assinatura aprovada.

Ver Relatório de Conformidade

ACESSO RÁPIDO

Validar Sobre Dúvidas Informações

Fale Conosco

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.

https://validar.iti.gov.br/relatorio.html 1/1

P S D	inistério do Empr equeno Porte ecretaria Naciona retoria Nacional ecretaria de Desa	al de Micro de Registr	oempresa e En o Empresarial	npresa de Peq e Integração	·	Nº DO PRO	OTOCOLO (Uso da	Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou sede for em outra		Código da Jurídica	Natureza	Nº de Matrícula Auxiliar do Com					
	169038	2	2062						
1 - REQUERI	MENTO			-					
						, Industria	al e Serviços do	Rio Grande do S	Sul
Nome:				NITORAMEN	TO LTDA.				
		_	ente Auxiliar do	o Comércio)				Nº FCN/RE	MP
•	deferimento do s	_	to:						
Nº DE CÓDIO VIAS DO A⁻	O CÓDIGO DO O EVENTO		DESCRIÇÃO	DO ATO / E\	/ENTO			RSN2	454007217
1 002	!		ALTERACA)					
-	2247	1	ALTERACA	DE CAPITAI	L SOCIAL				
	2003	1	ALTERACA	DE SOCIO/A	ADMINISTRAD	OR			
	2005	1	SAIDA DE S	OCIO/ADMINI	ISTRADOR				
		<u>s</u>	ANTA MARIA Local		No As	ome: ssinatura: _		Agente Auxiliar do	
		2	0 Junho 2024		Te	elefone de	Contato:		
			Data						
	UNTA COMER	CIAL				210 10 001			
DECISÃO		-1-)	II (- (-)			CISÃO COL	EGIADA	1	
SIM	esarial(ais) igual(ais) ou ser	meinante(s):	SIM					o em Ordem decisão
									/ Data
□não	/ /			□não	1 1				
LINAO _	Data	Res	ponsável	ШМАС	,Data		Responsável	Res	oonsável
DECISÃO SING					2ª Exigêr	ıcia	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
=	em exigência. (Vi			nexa)					
=	leferido. Publique ndeferido. Publiq		uive-se.				Ш	Ш	Ш
Птосеззот	nderendo. i ubiiq	ue-36.							
							-	// Data	Responsável
DECISÃO COL	EGIADA				2ª Exigêr	ıcia	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
=	em exigência. (Vi	=		nexa)	_	1			
=	leferido. Publique	-	uive-se.				Ш	Ш	Ш
Processo	ndeferido. Publiq	ue-se.							
-	//								
	Data				Vogal		Vogal		Vogal
					Presider	nte da	Turma		
OBSERVAÇÕE	S								
3 -									



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 10426790 em 21/06/2024 da Empresa SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA., CNPJ 05541161000106 e protocolo 242117651 - 20/06/2024. Autenticação: 21264AE63868BEA92831F9604D33EEE1BDA1E815. José Tadeu Jacoby Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 24/211.765-1 e o código de segurança TcdT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Pro	cesso	
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/211.765-1	RSN2454007217	20/06/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome	Data Assinatura
556.191.000-06	MARCIA CRISTINA ZAMPIERI ANTUNES	20/06/2024
Assinado utilizando	assinaturas avançadas govibr @ III	- SK

006.411.560-73	MAURO RIZZATTI (CELEPRIN	20/06/2024
Assinado utilizando ass	naturas avançadas	Gov.br @ International interna	

771.504.140-87	SILVIA LETICIA MACHADO BOEMO	20/06/2024
Assinado utilizando assi	naturas avançadas govibr Millians	





ALTERAÇÃO N.º 10 E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, SILVIA LETICIA MACHADO BOEMO, brasileira, solteira, maior, capaz, natural de Santa Maria, RS, nascida em 29/01/1976, empresária, residente e domiciliada à Rua Isidoro Grassi n.º 23, Apto. 436, Bloco 9, bairro Nossa Senhora Medianeira, na cidade de Santa Maria, RS, CEP 97060-310, portadora da CI nº 9059084641 SJS/RS, CPF n.º 771.504.140-87; **MARCIA CRISTINA ZAMPIERI ANTUNES**, brasileira, natural de Santa Maria - RS, nascida em 13/08/1966, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da Carteira de Identidade nº 4036288522 SSP/RS e CPF nº 556.191.000-06, residente e domiciliada na Rua Oscar R. Ferreira, nº 345, Bairro São José, CEP 97095-490, na cidade de Santa Maria - RS; MAURO RIZZATTI CELEPRIN, brasileiro, solteiro, maior, capaz, natural de Santa Maria - RS, nascido em 21/08/1984, empresária, portador da Carteira de Identidade nº 9085004027 SJS/RS e CPF nº 006.411.560-73, residente e domiciliado na Rua General Daltro Filho, nº 130, Aptº 402, Bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP 97015-280, na cidade de Santa Maria - RS e EVOQUE - PROTEGENDO GERAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Santa Maria – RS, à Av. Fernando Ferrari n.º 1800, bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP 97050-800, inscrita no CNPJ sob nº 22.956.473/0001-08, com contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul, sob n.º 43207825586, em 28/07/2015, neste ato representada pela sóciaadministradora SILVIA LETICIA MACHADO BOEMO, brasileira, solteira, maior, capaz, natural de Santa Maria - RS, nascido em 29/01/1976, empresaria, portadora da Carteira de Identidade nº 9059084641 SJS/RS e CPF nº 771.504.140-87, residente e domiciliada na Rua Isidoro Grassi n.º 23, Aptº 436, Bloco 9, bairro Nossa Senhora Medianeira, CEP 97060-310 em Santa Maria - RS, únicos sócios da sociedade que gira sob a denominação social de SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA., inscrita no CNPJ nº 05.541.161/0001-06, com sede à Avenida Nossa Senhora das Dores nº 89, Sala 102, bairro Nossa Senhora das Dores, CEP: 97050-531 em Santa Maria – RS, com ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 43208169038 em 04/09/2017, e alterações contratuais sob n. 4648286, em 02/04/2018, sob nº 4781649, em 27/06/2018, sob nº 5002028 em 05/04/2019, sob n° 5143922 em 23/09/2019, sob n° 5198670 em 18/11/2019, sob n° 7237888 em 01/07/2020 e sob nº 8034499 em 05/01/2022, resolvem, de comum acordo, alterar e consolidar o contrato social, o que fazem sob as cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - A sócia SILVIA LETICIA MACHADO BOEMO, acima identificada, transfere por venda 54.333 (cinquenta e quatro mil, trezentas e trinta e três) das suas quotas de capital, cobrando o valor de R\$ 250.333,20 (duzentos e cinquenta mil trezentos e trinta e três reais e vinte centavos), do capital para SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, acima identificada, em quitação do seu empréstimo contraído junto a SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sócia, SILVIA LETICIA MACHADO BOEMO acima identificada, declara ter recebido o valor de R\$ 250.333,20 (duzentos e cinquenta mil trezentos e trinta e três reais e vinte centavos) de SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA pela cessão total das suas quotas de capital, dando-lhes plena, geral e irrevogável quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, na condição de cessionária das quotas de capital da cedente SILVIA LETICIA MACHADO BOEMO, a partir desta alteração de contrato social assume todos os deveres e direitos sociais que lhe foram cedidos e transferidos pela cedente, passando a fazer parte integrante da sociedade, com idênticos direitos e obrigações assegurados aos demais sócios.

Ratificam-se as demais clausulas e condições do instrumento mencionado, aqui não expressamente retificado.

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

A partir desta data a sociedade reger-se-á única e exclusivamente pelas cláusulas e condições seguintes, ficando revogado o contrato primitivo e suas alterações anteriores a este instrumento:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade girará sob nome empresarial de **SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA.**, com estrutura jurídica de Sociedade Limitada, regendo-se por este instrumento e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem sua sede e foro em Santa Maria - RS, podendo por deliberação criar ou extinguir filiais, sucursais ou escritórios no país e no exterior, estando localizado na Avenida Nossa Senhora das Dores n° 89, Sala 102, bairro Nossa Senhora das Dores, CEP: 97050-531 em Santa Maria – RS.

§ Único - A sociedade possui as seguintes filiais:

Página 1 de 4



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

a) Filial 2: portadora no CNPJ n.º 05.541.161/0003-78, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 43901675283 em 13/05/2013, localizada na Rua Ernesto Alves n.º 830, bairro Rio Branco, no município de Cachoeira do Sul, RS, CEP 96.506-330.

CLÁUSULA TERCEIRA - O objeto social da sociedade é: Serviços de monitoramento e rastreamento de veículos por satélite (CNAE 8020-0-01); Serviços de monitoramento de sistemas de segurança (CNAE 8020-0-01); Comércio varejista de equipamentos eletrônicos e não eletrônicos de sistemas de segurança (CNAE 4757-1-00); Serviços de manutenção, montagem e reparação de equipamentos de sistemas de segurança (CNAE 9521-5-00); Serviços de recepção, portaria e outros serviços relacionados para dar apoio à administração e conservação das instalações de prédios e edifícios (CNAE 8111-7-00); o Aluguel, a locação e sublocação de equipamentos de segurança e câmeras de vigilância (CNAE 7739-0-99); o Aluguel, a locação e a sublocação de equipamentos eletrônicos e de informática (CNAE 7739-0-99); o serviço de comunicação de multimídia (CNAE 6110-8-03); o serviço de manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos (CNAE 3312-4-04); o comércio atacadista de equipamentos de informática (CNAE 4651-6-01); o comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (CNAE 4751-2-01); provedores de acesso às redes de comunicação (CNAE 6190-6-01); a atividades de telecomunicações (CNAE 6190-6-99); a consultoria em tecnologia da informação (CNAE 6204-0-00); o suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (CNAE 6209-1-00) e o comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos (CNAE 4511-1-01).

§ Único - As atividades desenvolvidas pelas filiais são as mesmas da matriz.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, iniciando suas atividades em 23/01/2003, podendo abrir filiais em qualquer parte do país.

CLÁUSULA QUINTA - O capital social está no valor de R\$ 1.811.106,00 (Hum milhão, oitocentos e onze mil e cento e seis reais), distribuído entre os sócios da seguinte forma:

- a) **SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA** tem o valor de R\$713.575,00 (setecentos e treze mil e quinhentos e setenta e cinco reais) das quotas em tesouraria.
- b) A sócia MARCIA CRISTINA ZAMPIERI ANTUNES subscreve o valor de R\$ 54.333,00 (cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e três reais) e integraliza, em moeda corrente nacional o valor de R\$ 29.680,00 (vinte e nove mil, seiscentos e oitenta reais), restando o saldo de R\$ 24.653,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta e três reais) a ser integralizado no prazo de 60 (sessenta) meses, a partir desta data em moeda corrente nacional.
- c) A sócia **EVOQUE PROTEGENDO GERAÇÕES LTDA.** subscreve o valor de R\$ 988.865,00 (novecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco reais) e integraliza, em moeda corrente nacional, o valor de R\$ 724.003,00 (setecentos e vinte e quatro mil, três reais), restando o saldo de R\$ 264.862,00 (duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais) a ser integralizado no prazo de 60 (sessenta) meses, a partir desta data em moeda corrente nacional.
- d) O sócio **MAURO RIZZATTI CELEPRIN** subscreve o valor de R\$ 54.333,00 (cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e três reais) integralizado neste ato em moeda corrente nacional.
- § 1º É destinado o capital social de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada filial.

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA - A administração da sociedade será exercida, sempre em conjunto de dois, pelos sócios **MARCIA CRISTINA ZAMPIERI ANTUNES** *e* **MAURO RIZZATTI CELEPRIN** com os poderes e atribuições de representar a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividade estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos sócios, e na ocorrência de tais hipóteses, será o mesmo responsabilizado nos termos da legislação civil.

CLÁUSULA OITAVA - É vedado aos sócios prestarem avais, fianças, termos de corresponsabilidade ou qualquer outra forma jurídica de concessão a terceiros nem nome da sociedade, salvo se tais atos consultarem comprovadamente dos interesses sociais.

CLÁUSULA NONA - Nos termos do art. 1.061 da Lei 10406/02, fica permitida a nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovados por dois terços do capital social, se o capital estiver totalmente integralizado, ou pela totalidade, se o capital não estiver integralizado.

CLÁUSULA DÉCIMA - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, ou na forma que os sócios em conjunto entenderem ser a mais apropriada, os lucros apurados. Os lucros por ventura existentes permanecerão totais ou Página 2 de 4



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

parcialmente em suspenso para posterior distribuição ou incorporação ao capital social, podendo inclusive ser distribuídos mensalmente durante o próprio exercício, tendo como base a demonstração de resultado. Em caso de prejuízo, estes poderão permanecer em suspenso durante o prazo permitido pela legislação vigente, findo o qual, o saldo existente, será suportado entre os sócios de acordo com a sua participação no capital social.

§ Único - A sociedade poderá elaborar demonstrações contábeis intermediárias em qualquer período do exercício, para demonstrar fatos relevantes que tenham ocorrido no período, assim como para comprovar a sua capacidade econômica e financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os sócios, quando no exercício de suas atividades, terão direito a uma retirada mensal a título pró-labore, o qual será estipulado de comum acordo entre os mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As quotas de capital são indivisíveis em relação à sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A sociedade em primeiro lugar e os demais sócios em segundo lugar terão a preferência na aquisição das quotas de capital do sócio que quiser retirar-se ou transferir suas quotas, por um preço desde já fixado, como sendo o valor patrimonial contábil da quota, de acordo com o último balanço levantado. O preço será pago em 06 (seis) prestações mensais, iguais e consecutivas, com juros legais, vencendo-se a primeira prestação no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aquisição. Havendo o interesse de mais de um sócio na aquisição de quotas ofertadas, a preferência será exercida na proporção da participação no capital social de cada um dos interessados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O sócio que quiser retirar-se ou transferir suas quotas ou parte delas, assim o comunicará, por escrito, à sociedade, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, indicando o nome do pretendente à sua aquisição e o preço ajustado. Se ao término de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da comprovação do recebimento do aviso, a sociedade ou qualquer um dos sócios não tiver exercido o seu direito de preferência, o sócio cedente poderá transferi-las ao pretendente indicado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - É vedado aos sócios onerar ou gravar de qualquer forma a suas quotas em benefício de terceiros estranhos à sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A sociedade não se dissolverá pela retirada, interdição, falência ou insolvência de qualquer dos cotistas, efetuando-se a apuração de seus haveres na forma do disposto na cláusula décima sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A sociedade também não se dissolverá por morte, falência ou incapacidade de qualquer um dos cotistas, caso em que seus herdeiros serão admitidos na sociedade, se tiverem a capacidade exigida por lei e se houver aceitação por sócios que representam mais de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social; se não tiverem capacidade ou não forem aceitos na sociedade ou ainda não desejarem ingressar na sociedade, poderão proceder à venda de suas cotas na forma prevista neste contrato ou seus haveres serão apurados e pagos na forma do disposto no artigo seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Os haveres do sócio retirante interdito, falido, insolvente ou falecido, serão apurados com base em balanço especial a ser levantado na ocasião e pagos em 06 (seis) prestações mensais, iguais e consecutivas, com juros legais, vencendo-se a primeira prestação no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da ocorrência de um daqueles eventos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Quaisquer deliberações previstas no presente contrato, bem como a alteração do mesmo, transformação, fusão, cisão ou incorporação da sociedade, será resolvida pela aprovação dos sócios que representem a maioria do capital social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - A sociedade poderá deixar de exercer quaisquer dos direitos conferidos por lei ou pelo presente contrato social, sem que, todavia, este fato constitua novação ou alteração contratual, com o que os cotistas expressamente concordem, podendo referidos direitos a serem exercidos posteriormente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - O presente contrato poderá ser alterado, modificado, aditado ou complementado, no todo ou parte, pela livre disposição dos sócios, respeitando os termos da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Os casos omissos ou não previstos neste contrato, serão resolvidos com aplicação da legislação própria vigente e, para qualquer ação nele fundada, serão competentes a foro desta comarca de Santa Maria- RS, renunciando a qualquer outro, por mais especial que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - O administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime

Página 3 de 4



falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

E, por estarem assim justos e contatados, os sócios assinam o presente contrato social, em 01 (uma) via, para que produza os efeitos legais, obrigando-se por si, seus herdeiros e sucessores a qualquer título a bem e fielmente cumprirem o que aqui contrataram.

Santa Maria, 01 de Janeiro de 2024.

SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA

MARCIA CRISTINA ZAMPIERI ANTUNES

SILVIA LETICIA MACHADO BOEMO

MAURO RIZZATTI CELEPRIN

EVOQUE - PROTEGENDO GERAÇÕES LTDA

Página 4 de 4



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Pro	cesso	
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/211.765-1	RSN2454007217	20/06/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome	Data Assinatura
556.191.000-06	MARCIA CRISTINA ZAMPIERI ANTUNES	20/06/2024
Assinado utilizando	assinaturas avançadas govibr 🌑 🗓	SK SK

006.411.560-73	MAURO RIZZATTI CELEPRIN	20/06/2024
Assinado utilizando assi	inaturas avançadas govibr @ ITI	I I I I I I I I I I I I I I I I I I I

771.504.140-87	SILVIA LETICIA MA	CHADO BOEMO		20/06/2024
Assinado utilizando assinaturas avançadas		govior (in land the state of th	2	







Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM Governo do Estado do Rio Grande Do Sul Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA., de CNPJ 05.541.161/0001-06 e protocolado sob o número 24/211.765-1 em 20/06/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 10426790, em 21/06/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Maikon Andrei Martini.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, José Tadeu Jacoby. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)					
CPF	Nome	Data Assinatura			
771.504.140-87	SILVIA LETICIA MACHADO BOEMO	20/06/2024			
Assinado utilizando	o assinaturas avançadas govbr @ III				
556.191.000-06	MARCIA CRISTINA ZAMPIERI ANTUNES	20/06/2024			
Assinado utilizando	o assinaturas avançadas govbr will				
006.411.560-73	MAURO RIZZATTI CELEPRIN	20/06/2024			
Assinado utilizando	o assinaturas avançadas govbr 🏻 🖽	(n)\			

Documento Principal

Assinante(s)					
CPF	Nome	Data Assinatura			
771.504.140-87	SILVIA LETICIA MACHADO BOEMO	20/06/2024			
Assinado utilizano	lo assinaturas avançadas govbr @ III.				
556.191.000-06	MARCIA CRISTINA ZAMPIERI ANTUNES	20/06/2024			
Assinado utilizano	lo assinaturas avançadas govbr @				
006.411.560-73	MAURO RIZZATTI CELEPRIN	20/06/2024			
Assinado utilizano	lo assinaturas avançadas govbr 🔍 🞞 🗀				

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 21/06/2024



Documento assinado eletronicamente por Maikon Andrei Martini, Servidor(a) Público(a), em 21/06/2024, às 14:15.



A autencidade desse documento pode ser conferida no <u>portal de serviços da jucisrs</u> informando o número do protocolo 24/211.765-1.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul Certifico registro sob o nº 10426790 em 21/06/2024 da Empresa SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA., CNPJ 05541161000106 e protocolo 242117651 - 20/06/2024. Autenticação: 21264AE63868BEA92831F9604D33EEE1BDA1E815. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 24/211.765-1 e o código de segurança TcdT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/06/2024 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) As	sinante(s)
CPF	Nome
054.744.500-87	JOSE TADEU JACOBY



Porto Alegre. sexta-feira, 21 de junho de 2024

